



OBJETO SOCIAL

O TNDM II E.P.E. prossegue fins de interesse público e tem por objeto a prestação de serviço público na área da cultura teatral.

Nos seus Estatutos vêm descritas as suas obrigações de que se destacam as seguintes: "(...) a preservação e difusão da herança cultural, com especial relevo para a dramaturgia portuguesa, a promoção de novos valores, incentivando a criação dramaturgicamente contemporânea, bem como o desenvolvimento da cultura teatral em todos os seus setores artísticos e técnicos. A abertura à comunidade, atraindo e formando novos públicos, promovendo o diálogo intercultural e dando particular atenção e consistência a programas educativos sobretudo dirigidos ao público infanto-juvenil, é inerente à missão do Teatro Nacional D. Maria II, do qual se espera que leve a todas as camadas da população atividades culturais e artísticas que elevem os padrões de exigência estética e crítica do público, contribuindo para promover a qualidade de vida e o exercício de cidadania."

ENQUADRAMENTO GERAL

Em 2017, o Teatro Nacional D. Maria II alcançou resultados fortemente positivos, tendo amplificado o cumprimento da sua missão de serviço público. A articulação de uma nova dinâmica de programação local e em digressão nacional e internacional com o reforço da visibilidade e notoriedade do teatro permitiram ao TNDM II obter resultados que cremos honrarem a extensa e importante missão de serviço público que lhe está legalmente cometida.

O Conselho de Administração e o Diretor Artístico desenvolvem um projeto estratégico substanciado num contrato-programa celebrado com a dupla tutela (Cultura e Finanças).

O estatuto de Empresa Pública Reclassificada que foi atribuído ao TNDM II, EPE, no ano de 2016, para vigorar a partir de 2017, vem agravar os referidos constrangimentos, ao fazer impender sobre o teatro um garrote administrativo profundamente limitador da capacidade de geração do efeito social virtuoso que uma instituição como esta deve proporcionar à comunidade.

Esta imposição de normativos criados para os serviços da Administração Pública a uma

entidade de criação cultural acarreta uma enorme perda de autonomia, flexibilidade e eficiência na sua atividade, com inegáveis reflexos na sua capacidade de cumprir o serviço público a que está obrigada. Os timings de produção teatral, o planeamento plurianual da programação, a encomenda de novas obras e criações, o esforço de internacionalização da criação e dos artistas portugueses, para referir apenas alguns elementos centrais à atividade de um Teatro Nacional, estão fortemente limitados sob o jugo do enquadramento legal imposto ao TNDM II.

DESEMPENHO ECONÓMICO

O número total de espetadores, em 2017, foi de 103.137, contando com 796 sessões artísticas; o prazo médio de pagamento a fornecedores situou-se nos 13 dias; a formação profissional concretizada no ano 2017 correspondeu a 22 ações distintas (709 horas), abrangendo 75 trabalhadores do TNDM II;

Do ponto de vista económico, o TNDM II apresentou um Resultado Líquido do exercício positivo em 259.163,99€, bem como um EBITDA positivo de 625.049,78€.

As Receitas de Bilheteira ficaram abaixo do orçamentado, atingindo um montante de 205.610,90€. As vendas da Livraria ficaram acima do previsto, mantendo-se o esforço de dinamização que o TNDM II tem efetuado nesta área.

A Indemnização Compensatória que o TNDM II recebe do Estado Português, tendo em conta o serviço público que presta, assume importância ao nível das receitas. A atividade do TNDM II é altamente sensível à variável IC, tendo um peso 68,0%, no total dos proveitos gerados. Qualquer alteração no valor desta variável terá um impacto muito significativo na sustentabilidade de toda a atividade do Teatro.

Quanto ao Fundo Fomento Cultural, que se destina exclusivamente a financiar a programação, foi concedido para 2017 um apoio no valor de 1.000.000€, em linha com o inicialmente previsto.

Em termos de Gestão do Risco Financeiro, o TNDM II não possui qualquer nível de endividamento remunerado, as operações em moeda estrangeira são praticamente inexistentes, não existem quaisquer dívidas em situação de mora quer à Fazenda Pública, quer à Segurança Social ou a quaisquer outros Entes Públicos.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Não aplicável

Unidade: M €

Estrutura Accionista	2017	2016
----------------------	------	------

Total do Capital Social M €	1	1
Cap. Social detido pelo Estado %	100	100

Situação Patrimonial M €	2017	2016
--------------------------	------	------

Activo Corrente	2,9	2,8
Activo Não Corrente	1,4	1,5
Total Activo	4,3	4,3

Capital próprio	3,7	3,4
Interesses minoritários		
Passivo	0,6	0,9
Total CP+Int. Min.+Passivo	4,3	4,3

Actividade Económica M €	2017	2016
--------------------------	------	------

Resultado operacional	0,351	0,316
Resultado líquido	0,259	0,233
EBITDA	0,625	0,573

Volume de negócios	0,6	0,4
Gastos com pessoal	2,7	2,5
VABcf	3,3	2,9
N.º médio de trabalhadores	96	80
VABcf per capita	0,03	0,04

Situação Financeira M €	2017	2016
-------------------------	------	------

Fluxos das actividades operacionais	0,34	0,45
Fluxos das activ. de investimento	-0,27	-0,38
Fluxos das activ. de financiamento	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes	0,06	0,06

Rátios de Estrutura	2017	2016
---------------------	------	------

Autonomia financeira %	85,8%	79,0%
Solvabilidade %	605,1%	376,3%
Endividamento %	14,2%	21,0%
Liquidez Geral%	477,8%	309,9%
Rentabilidade dos Capitais Próprios%	7,1%	6,8%

Outros Indicadores	2017	2016
--------------------	------	------

Prazo Médio de Pagamentos (dias)	13	21
----------------------------------	----	----

Órgãos Sociais:

2018-2020 Conselho de Administração – Presidente: Cláudia Belchior; Vogal Executivo: Rui Catarino, nomeados em 09 de fevereiro de 2018 (RCM n.º 17/2018, de 08/02); Vogal Executivo: Pedro Gonçalves de Proença, nomeado em 1 de outubro de 2018 (RCM n.º 125/2018, de 13/09),
2019-2021 Fiscal Único - Efetivo: Amável Calhau & Associados, SROC Lda. (SROC nº 19) representada pelo Dr. Amável Alberto Freixo Calhau (ROC nº 364); Suplente: Dr. António Madeira de Oliveira (ROC nº 488)